

CONCEPÇÃO DE TIPO DISCURSIVO E SEQUÊNCIA TEXTUAL À LUZ DO INTERACIONISMO SOCIODISCURSIVO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA EMITIDO PELA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Denise dos Santos GONÇALVES
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
denisegoncalves@yahoo.com

Resumo: O interacionismo sociodiscursivo, construto teórico-metodológico desenvolvido por pesquisadores do Grupo de Genebra, parte de conceitos atribuídos a Bakhtin, tais como *enunciados*, *estilos* e *gêneros do discurso*, e desenvolve empregos próprios, propondo equivalências com os termos adotados pelo pesquisador russo. Ao interacionismo sociodiscursivo se atribui a contribuição original da noção de *tipo discursivo*, termo que, à luz dessa abordagem, deve ser distinguido daquele que se emprega para classificar textos ou tipologias textuais. Os tipos discursivos se aliam às sequências para caracterizar a infraestrutura geral dos textos. Este trabalho se propõe a discutir as noções de tipo de discurso e de sequência textual, demonstrando como funcionam na constituição do gênero Boletim de Ocorrência emitido pela Polícia Militar de Minas Gerais. Para tanto, são analisadas as duas partes em que se estrutura esse texto – campos parametrizados e histórico – com o objetivo de perceber como se organiza sua infraestrutura geral. As análises permitem observar um arranjo peculiar dos tipos discursivos e das sequências narrativa e descritiva que se revelam e se alternam ao longo do texto. Os resultados destacam recursos empregados pelo enunciador para produzir sentido e sinalizam estratégias das quais o leitor pode se apropriar para interagir com o gênero.

Palavras-chave: tipo discursivo; sequência textual; gênero textual; boletim de ocorrência.

1. Considerações iniciais

Nosso interesse pelo debate referente aos gêneros textuais intensificou-se a partir da proposta de analisar o Boletim de Ocorrência (BO) emitido pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), buscando identificar suas marcas retóricas e linguísticas. Nossas inquietações nos levaram a pesquisar o gênero com o propósito de contribuir para a realização de atividades relacionadas ao ensino e à aprendizagem do BO nos diversos cursos de formação e atualização profissionais realizados pela PMMG. As análises do gênero se desenvolveram em nossa pesquisa de Mestrado que, em parte, retomamos no presente artigo.

O *corpus* da pesquisa consistiu de sete exemplares selecionados dentre vinte e cinco fornecidos pela PMMG, estes representativos das cinco naturezas de ocorrências de maior incidência no primeiro semestre do ano de 2012 (furto, roubo, ameaça, acidente de trânsito com vítima e dano), conforme dados estatísticos divulgados pela mesma instituição.

Como instrumento norteador das análises, recorreremos ao construto teórico do folhado textual (BRONCKART, 2003), destacando, para identificação das marcas retóricas, os movimentos da narrativa, estes a partir de Labov e Waletzky (1967). Em razão da sustentação teórica abraçada nas análises, observamos o emprego peculiar da noção de *tipo discursivo* que, em Bronckart (2003), difere-se da que outros pesquisadores empregam para classificar textos ou tipologias textuais. Ao mesmo tempo, percebemos que ter melhor

entendimento acerca da noção de sequência se torna relevante para explicitar a caracterização da organização sequencial do conteúdo temático.

Neste artigo, propomo-nos a retomar as concepções de *tipo discursivo* e de *sequência* propostas por Bronckart (2003) e, ao mesmo tempo, destacar a relevância de sinalizar as abordagens abraçadas quando se fala em análise de textos. Por fim, para demonstrar como tipos e sequências são vistos à luz do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), apresentaremos a análise de um dos exemplares que compuseram nosso *corpus* de pesquisa. A análise apresentada, embora constitutiva da pesquisa, não deve ser tomada como representativa das conclusões gerais às quais chegamos sobre o BO, vez que estas decorrem da consolidação dos achados inventariados a partir do *corpus*.

Para alcançar nossos objetivos, abordaremos a temática dos gêneros textuais à luz de Bakhtin (2003), discorreremos sobre os modelos de análise propostos por Bronckart (2003) – destacando como os tipos discursivos e as sequências são tomados no ISD – e, por fim, apresentaremos a análise de um exemplar do BO.

2. Gêneros textuais na perspectiva Bakhtiniana

O direcionamento das atenções de docentes e pesquisadores para os gêneros do discurso se deve, em grande medida, à divulgação das teorias desenvolvidas pelo Círculo de Bakhtin¹, para quem a interação humana se dá por meio de enunciados relativamente estáveis que refletem suas condições e especificidades pelo seu conteúdo, pelo seu estilo verbal e por sua construção composicional. O conteúdo se refere ao tema tratado, ou seja, o assunto objeto da comunicação. A construção composicional reporta à estrutura do texto, os elementos próprios de cada gênero. O estilo se relaciona à seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais.

Para o presente debate importa, especialmente, destacar a natureza do estilo verbal individual do falante que, para Bakhtin (2003), pode se refletir nos gêneros. Esse reflexo, no entanto, não ocorre com a mesma intensidade em quaisquer gêneros, já que alguns deles, em razão de sua natureza, requerem estilo mais padronizado, a exemplo dos textos oficiais, que tramitam na administração pública.

As restrições quanto à projeção do estilo individual do enunciador são observadas no BO, visto que, em razão dos objetivos e dos demais elementos do seu contexto de produção, a comunidade discursiva que o emite estabelece critérios que visam a padronizar tal gênero. Essa padronização não se restringe apenas ao estilo do texto, mas, também, ao conteúdo e à construção composicional. Os propósitos da comunidade discursiva estão relacionados ao atingimento dos objetivos do gênero, que se destina a levar ao conhecimento de uma autoridade a notícia de um evento que gerou a intervenção policial, gerando as providências administrativas e legais decorrentes. Além disso, a adoção de convenções referentes à disposição e à seleção dos termos empregados em grande parte do BO remete à proposta institucional de compor um banco de dados que constitua fonte de informações estatísticas sobre a segurança pública no estado. A utilização dos dados extraídos do BO com

¹ Círculo de Bakhtin é a denominação atribuída ao grupo de intelectuais russos, de interesses e formações diversas, que se reuniu regularmente no período de 1919 a 1929 e que deixou vasta contribuição de natureza filosófica. Muito embora a autoria de alguns textos produzidos no Círculo venha sendo, desde 1970, objeto de debates por pesquisadores, não há questionamentos quanto à autoria do texto *O problema dos gêneros do discurso*, produzido por Bakhtin, possivelmente em 1952/1953 (FARACO, 2009), que apresenta a abordagem tratada no presente artigo.

esse fim se torna viável em razão de o gênero ser produzido em formato digital em um sistema desenvolvido especialmente para comportá-lo.

Grande número de correntes teóricas da linguística se desenvolveu a partir das postulações de Bakhtin. Algumas partem delas para propor novas perspectivas sobre texto, gênero e discurso, propondo contribuições das quais se valem outros pesquisadores. Exemplo disso é o ISD, desenvolvido por Bronckart (2003; 2006) e outros pesquisadores da Escola de Genebra, no qual se ampliam discussões sobre o emprego de terminologias tais como *discurso*, *texto*, *gênero – discursivo ou textual* –, por exemplo, assuntos que discutiremos na próxima seção.

3. ISD e modelos de análise

No quadro teórico do ISD, a linguagem e, especialmente, as práticas de linguagem situadas têm papel de destaque, na medida em que são instrumento do desenvolvimento humano tanto no que se refere as suas capacidades epistêmicas – da ordem dos saberes – quanto às praxeológicas – da ordem do agir (BRONCKART, 2006). Assim, para estudar os efeitos das práticas de linguagem – ou textos-discursos – sobre o desenvolvimento humano, o ISD propõe o modelo das condições de produção e o modelo da arquitetura textual.

Em Bronckart (2003), alguns termos ganham contornos diversos dos atribuídos por Bakhtin (2003), o que nos confronta com a necessidade de considerar questões referentes à terminologia. A importância da distinção da terminologia na pesquisa linguística é discutida por Fiorin (2012), que se preocupa com as situações em que *texto* e *discurso* são tratados como sinônimos. Para ele, enquanto *discurso* é da ordem da imanência – do conteúdo –, *texto* é da ordem da manifestação. Também para Fiorin (2012), o discurso é anterior ao texto e, dessa forma, pode ser concretizado em textos diversos. Isso equivale a dizer, também como esse autor, que “o texto é a realização do discurso por meio da manifestação”. (FIORIN, 2012, p. 148).

O aparte com base em Fiorin (2012) é pertinente para evidenciar, pelo menos, dois aspectos importantes na pesquisa linguística: a) a coexistência de usos diversos para termos que interferem na leitura que se faz das pesquisas, de acordo com o ângulo em que se posiciona o leitor, basicamente a partir de suas próprias concepções; b) a necessidade de que o pesquisador assinale qual entendimento ele mesmo assume ao empregar um ou outro termo e, para manter coerência, em que se embasam suas escolhas.

Em Bronckart, a noção de texto designa “toda unidade de produção verbal que veicula uma mensagem linguisticamente organizada e que tende a produzir efeito de coerência em seu destinatário” (BRONCKART, 2003, p. 137). As espécies de textos se enquadram nos conceitos Bakhtinianos de gênero e, portanto, “todo exemplar de texto observável pode ser considerado como pertencente a determinado gênero” (BRONCKART, 2003, p. 73). Assim,

Os textos são produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais: em função de seus objetivos, interesses e questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos, que apresentam características relativamente estáveis (justificando que sejam chamadas de gêneros de texto) e que ficam disponíveis no *intertexto* como modelos *indexados*, para os contemporâneos e para as gerações posteriores. (BRONCKART, 2003, p. 137).

É o próprio Bronckart (2003) quem assinala o seu emprego próprio de determinados termos também adotados por Bakhtin (2003) e, assim, propõe um sistema de

equivalências terminológicas, tomando como base os estudos do pesquisador russo, conforme apresentamos no QUADRO 1.

QUADRO 1
Equivalências terminológicas em Bakhtin e Bronckart

BAKHTIN	BRONCKART
Formas e tipos de interação de linguagem	Ações de linguagem
Gêneros do discurso, gêneros do texto e/ou formas estáveis de enunciados	Gêneros de textos
Enunciados, enunciações e/ou textos	Textos: quando se trata de locuções verbais acabadas, associadas a uma única e mesma ação de linguagem
	Enunciados: quando se tratam de segmentos de produções verbais no nível da frase
Línguas, linguagens e estilos	Tipos de discursos

Elaborado com base em Bronckart (2003).

A proposta de metodologia para coleta de *corpus* apresentada por Bronckart (2003) contempla certo respaldo de determinada comunidade linguística a qual contribui atestando a qualidade geral dos textos analisados. Em nossa pesquisa, recorreremos à comunidade discursiva PMMG, especificamente representada por uma autoridade cujas atribuições funcionais se relacionam à implementação, ao desenvolvimento e à análise dos BO, a qual se responsabilizou por declarar, em nome da comunidade, a qualidade dos textos que constituíram nosso *corpus*. Esse procedimento teve relevância na pesquisa na medida em que assegurou que dos exemplares analisados seria possível inventariar características esperadas no gênero instituído por aquela comunidade.

Para Bronckart (2003), o contexto de produção e a arquitetura interna dos textos devem ser considerados como parte dos procedimentos de análise. No contexto de produção, considera-se o conjunto de parâmetros que podem interferir na forma como o texto se organiza, ou seja, os fatores relacionados ao mundo físico – lugar de produção, momento de produção, emissor e receptor – e os fatores relacionados ao mundo social e subjetivo – lugar social, posição social do emissor, posição social do receptor e objetivos da interação.

O termo *folhado textual* reporta às três camadas superpostas e parcialmente interativas em que os textos se organizam. Dessas três camadas, a dos *mecanismos enunciativos* se situa no domínio mais superficial e se refere aos recursos responsáveis pelo estabelecimento da coerência pragmática ou interativa do texto, indicando a distribuição das vozes e as modalizações.

No nível intermediário de análise, estão os mecanismos de textualização, que interferem na coerência temática do texto. Na proposta inicial de Bronckart (2003), os mecanismos de textualização eram observados a partir dos recursos empregados para o estabelecimento da conexão, da coesão nominal e da coesão verbal. Em uma discussão mais recente, Bronckart (2013) não inclui a análise da coesão verbal no nível intermediário, o que se deve, conforme Bulea (2010), à implicação da estruturação temporal na construção dos tipos discursivos. Dessa forma, a coesão verbal é atualmente considerada nas análises da primeira camada.

Neste artigo, não abordaremos diretamente os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos, vez que nos restringiremos à primeira camada do folhado. Trata-se

da infraestrutura geral, o nível mais profundo de análise, constituída pelo plano mais geral do texto, pelos tipos de discurso nele comportados, pela modalidade de articulação entre esses tipos discursivos e pelas sequências que eventualmente aparecem nele. O plano geral “refere-se à organização de conjunto do conteúdo temático; mostra-se visível no processo de leitura e pode ser codificado em um resumo” (BRONCKART, 2003, p. 120).

3.1 Tipos de discurso e sequências no ISD

Conforme destaca Miranda (2007), a noção de *tipo discursivo* é uma contribuição original do ISD, o que não equivale a dizer que tenha sido criada por investigadores dessa linha. Um alerta da pesquisadora, que vem ao encontro das preocupações em esclarecer o emprego do termo, é que ele não pode ser relacionado à classificação de textos ou tipologias textuais. Reside na necessidade de evitar esse tipo de equívoco, nas leituras sobre o folhado textual, a importância do aprofundamento de sua utilização na perspectiva do ISD.

Segundo Bronckart (2006), *tipos de discurso* são seguimentos que compõem textos, mas não constituem textos; estes, por sua vez, são normalmente constituídos por mais de uma sequência. Os *tipos de discurso* mobilizam subconjuntos particulares de recursos linguísticos que revelam a construção de um mundo discursivo (BRONCKART, 2008) e, por esse motivo, é neles que se podem identificar as regularidades e as marcas linguísticas do texto (BRONCKART, 2003).

A abordagem de Bronckart (2003) se propõe a descrever: a) os mundos ou planos da enunciação e as operações psicológicas em que elas se baseiam; b) as configurações de unidades linguísticas que funcionam como tradutoras nesses mundos. Partindo do princípio de que a linguagem baseia-se na criação de mundos, Bronckart (2003, 2008) diferencia mundos ordinários, representados pelos agentes humanos, e mundos discursivos, criados pela linguagem a partir de duas decisões binárias.

A primeira decisão implica posicionar ou não as coordenadas do conteúdo temático verbalizado explicitamente à distância das coordenadas gerais de produção do actante. Posicionadas à distância, estabelecem uma relação de disjunção com as coordenadas de produção e são da ordem do *narrar*. Aproximadas das coordenadas de produção estabelecem uma relação de conjunção e são da ordem do *expor*.

No *narrar*, as representações mobilizadas estão em lugar e tempo diferentes daqueles em que se situam os participantes da interação. Nesse sentido, para narrar, o enunciador ancora os fatos em origens espaço-temporais. Na ordem do *expor*, as representações mobilizadas estabelecem relação mais ou menos direta com as coordenadas do mundo da ação de linguagem que está em curso. Assim, não há ancoragem em origem espaço-temporal.

A segunda decisão decorre da explicitação ou não da relação existente entre as instâncias de agentividade verbalizadas com os parâmetros materiais da ação de linguagem – assim considerados o agente-produtor, o interlocutor eventual e sua situação no espaço-tempo. Estando tais instâncias de agentividade explicitamente relacionadas com os parâmetros da ação de linguagem, é estabelecida a *implicação*; não havendo explicitação, a *autonomia*. *Implicação* e *autonomia* se entrecruzam com o *narrar* e o *expor*, configurando quatro mundos discursivos: o *narrar implicado*, o *narrar autônomo*, o *expor implicado* e o *expor autônomo*. Bronckart (2003) propõe um quadro de dupla entrada para demonstrar as relações entre as coordenadas gerais dos mundos e o ato de produção, transparecendo a formação dos tipos de discurso (QUADRO 2).

QUADRO 2

Relações mundos X ato de produção e formação dos tipos de discurso

		Coordenadas gerais dos mundos	
		Conjunção	Disjunção
		EXPOR	NARRAR
Relação ao ato de produção	Implicação	<i>Discurso interativo</i>	<i>Relato interativo</i>
	Autonomia	<i>Discurso teórico</i>	<i>Narração</i>

Fonte: Bronckart (2003, p. 157)

Apesar de entender que os *tipos de discurso* são elementos fundamentais da infraestrutura geral dos textos, Bronckart (2003) postula que essa mesma infraestrutura também se caracteriza pela dimensão da organização sequencial ou linear, que são as sequências. *Sequências* são os modos de planificação propriamente linguísticos (BRONCKART, 2008) que se organizam em orações ou cláusulas e que podem ser descritas por meio de teorias sintáticas. Para tratar das sequências, Bronckart (2003; 2006; 2008) recorre a Adam (1992) por considerar que sua abordagem sobre esse objeto está solidificada e não sujeita a contestações. Assim, assume os cinco tipos básicos: *narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal*². Neste artigo, trataremos das sequências narrativa e descritiva que serão retomadas por ocasião das análises.

Para abordar a *sequência narrativa*, retomamos, no mesmo percurso traçado por Bronckart (2003), a Labov e Waletzky (1967), que a definem como uma técnica verbal para recapitular experiências que apresenta uma estrutura geral organizada nos seguintes elementos ou fases: *orientação, complicação, avaliação, resolução e coda*. A estrutura geral não é uniforme em todas as narrativas, já que ocorrem variações no grau de complexidade, na quantidade de elementos estruturais presentes e na maneira como as funções se realizam.

A *orientação*, que desempenha função referencial na narrativa, oferece ao leitor informações sobre os personagens e seus comportamentos, o lugar e o tempo em que se desenvolvem os acontecimentos. A *complicação* se dá com os eventos que alteram a situação inicial dos fatos. A *avaliação* é parte essencial da narrativa na medida em que representa a atitude do enunciador em relação aos acontecimentos e indica um ponto de interesse no que é contado. A *avaliação* pode se fundir com a *solução*, que indica o resultado da narrativa. A *coda*, elemento que não está presente em todas as narrativas, indica o retorno da perspectiva verbal para o presente. Como a *coda* geralmente não implica a descrição de eventos, pode ser necessário recorrer a critérios semânticos para identificá-la.

A *sequência descritiva*, conforme Bronckart (2003), apresenta autonomia em relação aos segmentos discursivos nos quais está inserida. Suas várias fases não se apresentam necessariamente em uma ordem linear, mas hierárquica ou vertical. Para Bronckart (2003), a maior parte das sequências descritivas é articulada (ou dependente) das sequências narrativas quando desenvolvem alguns aspectos dessas sequências. Nesses casos, as sequências descritivas são consideradas secundárias ou relacionadas.

² Muito embora exista consenso entre os pesquisadores a respeito do caráter finito das sequências (chamada por alguns de *tipos textuais* ou *sequências tipológicas*), observa-se que a categorização desse objeto ganha contornos mais ou menos amplos de acordo com a fonte consultada. Assim, além das sequências destacadas por Adam (1992), alguns autores consideram a existência de outras, tais como a expositiva e a injuntiva, por exemplo, como se pode observar em Marcuschi (2005).

4. Tipos discursivos e sequências no BO

O Boletim de Ocorrência é um gênero textual que, apesar de relevante para que se concretizem as atividades finalísticas da PMMG e, nesse sentido, de grande interesse social, não é de circulação ampla. Assim, não está presente no cotidiano da maioria das pessoas, o que pode dificultar o entendimento sobre os aspectos que se apresentam em trabalhos semelhantes ao que expomos. Em razão disso, antecedendo as discussões sobre os tipos discursivos e acerca das sequências, apresentaremos o plano geral do texto, que também constitui a primeira camada do folhado textual. Nessa apresentação, assim como nas exposições sobre o contexto de produção, evidenciaremos, em figuras, algumas partes do BO com o objetivo de demonstrar como as informações são dispostas na estrutura do texto. As partes rasuradas das figuras representam informações omitidas com o objetivo de preservar as pessoas envolvidas na ocorrência.

Os temas próprios do BO são aqueles que a comunidade discursiva PMMG enquadra nas *ocorrências típicas de polícia*, ou seja, fatos referentes a infrações contra a pessoa, o patrimônio e a propriedade imaterial, os costumes e a família, a incolumidade e a paz pública, a organização do trabalho, a administração e a fé pública, o sentimento religioso e o respeito aos mortos, as referentes a substâncias entorpecentes, as infrações referentes ao trânsito, dentre outras.

O BO objeto do nosso estudo é um gênero produzido em ambiente digital, com recursos da internet, acessado mediante senha por policiais habilitados, em razão das funções que exercem. O receptor considerado na pesquisa é o delegado da Polícia Civil, que representa o destinatário mais frequente do gênero. O texto se organiza em dois grupos estruturais distintos:

a) as tabelas, também chamadas *campos parametrizados*, que se constituem em espaços que recebem informações padronizadas e que correspondem, na maior parte das vezes, a termos disponibilizados pelo próprio sistema para descrever as pessoas envolvidas na ocorrência, o local onde se deram os fatos, os objetos relacionados ao evento, os policiais e os recursos empregados, dentre outros;

b) o *histórico*, espaço destinado à inserção de texto livre pelo relator do texto, sem as restrições estruturais dos campos parametrizados.

O BO em análise é composto por cinco páginas, a maior parte delas ocupada pelos campos parametrizados. Nesses campos, buscamos informações que indicam o tema do texto – um crime de roubo praticado no bairro Lourdes, região sul de Belo Horizonte, no dia 03 mar. 2012. A informação sobre o crime foi repassada ao policial relator³ via central de comunicações, à 01h09min do dia citado, e ele chegou ao local da ocorrência à 01h29min. O policial deu início à produção textual à 01h40min. Na FIG. 1, destacamos, a partir da análise dos campos iniciais do BO, destinados ao registro dos *Dados Gerais*, como se apresentam algumas dessas informações.

³ Relator é o termo empregado pela PMMG para designar o policial que redige o BO.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR		REDS 2012- [REDACTED]	
BOLETIM DE OCORRÊNCIA		BO NÚMERO	CIAD/P-2012- [REDACTED] FI. 1/5
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO 4 CIA PM ESP/1 BPM		MUNICÍPIO BELO HORIZONTE	
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL UNIDADE MILITAR: 4 CIA PM ESP/1 BPM UNIDADE POLICIAL: 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/CENTRO		<i>Início da produção</i>	
DESTINATÁRIO 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/CENTRO		DATA DO REGISTRO 03/03/2012 01:40	
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA VIA CENTRO DE COMUNICAÇÕES		DATA DA COMUNICAÇÃO 03/03/2012	
HORA DA COMUNICAÇÃO 01:09		<i>Receptor</i>	
ORGÃO SOLICITANTE XXXX		<i>Tema</i>	
DADOS DA OCORRÊNCIA			
PROVÁVEL TIPO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL ROUBO			
COD. PRINCIPAL C01157	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO	ALVO DO EVENTO BAR / LANCHONETE / RESTAURANTE / SIMILAR	
DATA DO FATO 03/03/2012	HORÁRIO DO FATO 01:09	DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL 03/03/2012 01:29	DATA FINAL 03/03/2012
COMPL. DE LOCAL MÉRITO XXXX		COMPL. DE LOCAL IMEDIATO XXXX	
LOCAL (AV., RUA, ETC) RUA [REDACTED]			
NÚMERO [REDACTED]	KM XXXX	COMPLEMENTO XXXX	BAIRRO/VILA LOURDES
MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		UF MG	PAÍS BRASIL
PONTO DE REFERÊNCIA XXXX		LATITUDE [REDACTED]	LONGITUDE [REDACTED]
TIPO LOCAL VIA URBANA		MEIO UTILIZADO ARMAS DE FOGO (PORTE E PORTATI)	
CAUSA PRESUMIDA DIFICULDADE FINANCEIRA / COBICA			

FIGURA 1 – Recorte do BO: Dados gerais

Ao final do texto, nos campos parametrizados destinados ao *recibo* (FIG. 2), outras informações sobre o contexto de produção são apresentadas, a exemplo da identificação pessoal do emissor e do horário de encerramento do registro. No exemplar analisado, isso se deu à 01h54min da mesma data, portanto, o policial relator dispensou 14 minutos para a produção textual.

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL			
DESTINATÁRIO / RECIBO 1			
Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO CIAD/P-2012- [REDACTED] e Número de REDS 2012- [REDACTED] para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.			
DATA XXXX	HORA XXXX	MATRICULA XXXX	NOME XXXX
CARGO XXXX			
ÓRGÃO/UF POLÍCIA CIVIL / MG			
UNIDADE 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/CENTRO			
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE XXXX			
ASSINATURA			
RECIBO GERADO POR: PM [REDACTED]			DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO: 03/03/2012 01:54

FIGURA 2 – Recorte do BO: Recibo

O emissor exerce o papel social de sargento da PMMG, lotado na unidade responsável pelo policiamento no bairro onde ocorreu o crime. O papel social do destinatário é o de delegado da 2ª Delegacia da Polícia Civil, unidade com jurisprudência sobre o local do roubo. O objetivo da produção textual é levar ao conhecimento do destinatário a ocorrência do roubo a um estabelecimento comercial. Para contar o fato, o policial relator recorre aos campos parametrizados, porém, em razão da necessidade de descrever as vestimentas do autor do roubo, o veículo no qual fugiu do local, dentre outros – informações aparentemente

incompatíveis com os campos parametrizados – também utiliza o *histórico* (FIG. 3) para acrescentar essas informações.

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA
COMPARECEMOS AO ESTABELECIMENTO COMERCIAL [REDACTED] ONDE OS FUNCIONARIOS RELATARAM QUE UM CIDADAO USANDO UM CAPACETE COR DE ROSA, CAMISA BEGE E CALÇA JEANS ENTROU NO ESTABELECIMENTO, DESLOCOU-SE ATE AO CAIXA, SACOU UM REVOLVER E ANUNCIOU UM ASSALTO. APOS SUBTRAIR UMA QUANTIA EM DINHEIRO O AUTOR ENTROU EM UM VEICULO FIAT PALIO BRANCO (TAXI) PLACA [REDACTED] QUE O ESTAVA AGUARDANDO NA RUA RIO DE JANEIRO EVADINDO EM DIRECAO AO CENTRO. O ESTABELECIMENTO POSSUI CAMERAS DE MONITORAMENTO INTERNO. FOI REALIZADO OPERAÇÃO DE CERCO E BLOQUEIO NA TENTATIVA DE LOCALIZAR O AUTOR E O VEICULO, MAS ATE O MOMENTO NAO FORAM LOCALIZADOS. SEGUNDO INFORMACOES DOS FUNCIONARIOS DO ESTABELECIMENTO HAVIA TRES PESSOAS NO INTERIOR DO TAXI.
MODO DA AÇÃO CRIMINOSA
O SUSPEITO CHEGOU A PE NO ESTABELECIMENTO USANDO UM CAPACETE ROSA, FOI ATE O CAIXA, SACOU UM REVOLVER E ANUNCIOU O ASSALTO COM OS DIZERES " PEGA O DINHEIRO". EVADIU EM UM VEICULO FIAT PALIO TAXI.

FIGURA 3 – Recorte do BO: Histórico

Para perceber, no BO, como se manifestam as relações entre as coordenadas gerais dos mundos e o ato de produção, é necessário retomar a análise dos campos parametrizados. As informações dispostas nesses campos contribuem para que se perceba como o emissor – o policial relator, sargento da PMMG – estabelece interação com o receptor – o delegado responsável pela 2ª Delegacia – em um intervalo delimitado de tempo e em um ambiente de trabalho.

Identificamos no BO dois tipos discursivos. O primeiro deles se constitui a partir da interação inicial entre o policial relator e delegado, ambos especificados no texto, interpelando-o para anunciar que vai contar o fato policial. O preenchimento do campo *destinatário* (FIG. 1) funciona como um vocativo, remetendo diretamente ao delegado. Os campos destinados ao registro dos dados do policial relator colocam-no no centro da ação comunicativa, juntamente do delegado que, ao final, concretiza seu engajamento na interação quando formaliza o aceite no texto – operação que realiza também no ambiente virtual. O delegado, para reconhecer o BO como um enunciado válido e, conseqüentemente, aceite e encaminhado por ele, considera elementos do contexto de produção.

Essa interação se dá no *aqui e no agora* da produção, claramente marcada – pelas informações dispostas nos campos parametrizados. Tais informações, apesar de assinaladas no texto, com a função de documentar a ação policial, não são tomadas como recurso para ancorar a enunciação. Essa interação entre o policial relator e o delegado se constitui no mundo do *expor implicado*, realizada no *discurso interativo*.

Os registros da data e do horário da produção dispostos nos campos parametrizados têm a função prática de assegurar resgates posteriores que se referem aos controles da ação policial, não objetivando, efetivamente, sinalizar alguma ancoragem temporal ou espacial na interação do policial relator com o delegado. Por outro lado, na incompatibilidade do emprego de verbos e de outros recursos linguísticos nos campos parametrizados, é a estrutura convencional para o BO que permite perceber que a interação se dá em um tempo presente em que se situam emissor e receptor do enunciado.

Quando se dispõe a contar a ocorrência, o fato policial, o policial relator mobiliza temas que se referem a acontecimentos passados que se ancoram em origens temporais e espaciais diversas daquelas em que se dá a enunciação. Contar o roubo requer retomar a data e o local de eventos que se deram em outro tempo e em outro lugar. No BO, conforme observamos nos espaços circulados na FIG. 1, essas informações são apresentadas nos campos parametrizados. Para que o destinatário atribua sentido ao enunciado, ainda necessita conhecer informações referentes ao contexto de produção. Verifica-se, portanto, a realização do *relato interativo*.

A presença do discurso direto se destaca no *histórico*, já que o policial relator se inclui na narrativa, posicionando-se entre os demais personagens, utilizando-se de verbo na primeira pessoa do plural – *comparecemos*. O discurso direto também é utilizado para reproduzir o que teria sido a fala do autor quando abordou os funcionários do estabelecimento comercial (1). Nesse caso, o policial relator utiliza-se das aspas para fazer o encaixamento da fala do autor.

(1)... sacou um revólver e anunciou o assalto com os dizeres “pega o dinheiro”.

Quanto às sequências, observamos que a narrativa predomina no texto. A disposição dos elementos estruturais se apresenta de maneira peculiar, graças à estruturação do gênero. As informações que compõem a orientação da narrativa se concentram nos campos parametrizados. Nos campos destinados aos *Dados Gerais* BO (FIG. 1), observamos a especificação do local e do horário em que os fatos aconteceram.

Outros campos parametrizados do BO recebem a identificação das pessoas envolvidas na ocorrência, apresentando seus nomes completos, dados de qualificação pessoal e suas características físicas, conforme tais informações possam ser fornecidas ao policial relator ou observadas por ele. No BO analisado, há dois personagens, um qualificado como vítima e o outro, como autor. A vítima está qualificada no campo *envolvido 1*, e o autor, no campo *envolvido 2*. Dentre as informações sobre a vítima, está registrado que ela é proprietária/funcionária de estabelecimento comercial, o que acrescenta informações sobre a sua situação geral em relação ao fato narrado. No entanto, no espaço destinado ao nome do autor, encontra-se o termo *ignorado*, o que indica que ele não fora localizado durante a produção do BO. Apesar disso, alguns dos campos destinados à sua caracterização física foram preenchidos, a exemplo dos itens *idade aparente*, *altura estimada* e *informações complementares*, que receberam respectivamente as informações *20 anos*, *172 cm* e *cidadeo magro*.

O preenchimento dos campos parametrizados destinados à identificação do autor atende a prescrições institucionais para produção do BO que orientam no sentido de que o cadastramento desse envolvido é imprescindível, ainda que ele não seja encontrado no local da ocorrência. Nesse caso, o policial relator deve registrar as informações que levantou no local do fato, colhidas a partir das declarações das vítimas e das testemunhas, por exemplo. O procedimento é idêntico ao que foi adotado em relação ao produto do roubo que, mesmo não tendo sido recuperado, recebeu destaque nos campos parametrizados. A conveniência de registrar descrições do autor não localizado e do material não apreendido corresponde à necessidade de alimentar o sistema de informações da PMMG sobre as ocorrências policiais, incorporando as informações disponíveis sobre os itens relacionados a esses eventos.

Nos *Dados Gerais* (FIG. 1), também observamos certa antecipação da complicação da narrativa, anunciada na descrição da ocorrência e, ainda, no campo *meio utilizado* – arma de fogo. Nesse mesmo grupo de informações, está registrada uma avaliação, vez que se atribui a ocorrência do roubo à *dificuldade financeira/cobiça*.

Observamos que a avaliação está presente em outras partes do texto, iniciando-se pelo próprio julgamento que o policial relator faz dos acontecimentos, entendendo-os como uma ocorrência típica de polícia e percebendo neles traços que os definem como roubo.

No *histórico* (FIG. 3), verificamos que a complicação da narrativa se apresenta com maior intensidade, já que nele o policial relator apresenta a sequência dos acontecimentos, combinando fatos e personagens de maneira a permitir que o destinatário perceba os fatos como caracterizadores do crime de roubo. Também percebemos no *histórico* informações que complementam a orientação da narrativa. Nessa parte do texto, o policial relator esclarece o tipo de estabelecimento comercial onde ocorreu o roubo, oferece algumas

características físicas do autor e explica que o veículo utilizado na fuga era um táxi. Todas essas informações complementam outras que constam dos campos parametrizados, mas que aparentemente não puderam receber, naqueles espaços, os detalhamentos que particularizam o local, os autores e o veículo.

Ainda no *histórico*, observamos aspectos da solução, representados pela informação de que foi realizada uma operação policial – cerco e bloqueio – como resposta ao crime (2). Essa informação expressa a atitude imediata do policial em relação aos fatos, indicando a medida implementada diante da notícia do roubo. Na mesma passagem, observamos estratégia que sinaliza a coda da narrativa.

(2) Foi realizada operação de cerco e bloqueio na tentativa de localizar o autor e o veículo, mas até o momento não foram localizados...

Nessa passagem, a expressão *até o momento* marca que a afirmação se dá no presente da narrativa. A coda, nesse caso, decorre da intenção de complementar a informação de que os policiais desenvolveram uma operação com o objetivo de localizar o autor do roubo. Consideramos, ainda, que quando o relator encerra o BO, o registro gerado – no qual se destaca o horário em que se concluiu a produção textual –, funciona como uma assinatura eletrônica do texto e indica que, naquele exato momento, a perspectiva corresponde ao presente da produção textual, não mais ao passado em que o roubo ocorreu. Em razão disso, consideramos que a parte do BO destinada à emissão do recibo sinaliza, também, a coda da narrativa.

Os campos parametrizados do BO, destinados a recepcionar descrições detalhadas de pessoas e objetos relacionados ao fato, ocupam extenso espaço no BO. Na medida em que a descrição é utilizada para detalhar informações que complementam a narrativa, funciona como secundária desta. Como observamos, também o *histórico* do BO comporta sequências descritivas, nesse caso, em decorrência da existência de informações que caracterizam o autor e o veículo utilizado na fuga.

5. Algumas conclusões

Neste artigo, propusemo-nos a discutir a concepção de *tipo discursivo e sequência textual* sob a perspectiva do ISD, analisando como esses elementos se apresentam no BO emitido pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Percebemos que as duas grandes partes do BO – assim entendidos os campos parametrizados e o *histórico* –, oferecem informações que permitem identificar o contexto de produção do gênero e, a partir de então, como se apresentam os dois tipos discursivos presentes: o discurso interativo e o relato interativo.

Observamos, ainda, que a sequência narrativa se destaca no BO, uma vez que se impõe como o recurso utilizado para contar como se deram os acontecimentos objeto da enunciação, no caso do BO analisado, o roubo. A sequência descritiva, necessária para esclarecer informações a respeito das pessoas e dos objetos relacionados à ocorrência, apresenta-se como secundária à narrativa.

Constatamos, no BO, um arranjo peculiar das informações, especialmente aquelas que nos permitem identificar os elementos da narrativa e das sequências descritivas que são dados em uma disposição bastante padronizada, o que facilita o processo de leitura pelo destinatário potencial do texto. A esse destinatário, familiarizado com o gênero, é possível proceder a uma leitura linear, que lhe permite encontrar as informações que lhe são apresentadas aos poucos ou, por outro lado, direcionar o olhar para os espaços que contêm dados específicos sobre as pessoas, os objetos ou os acontecimentos tratados no texto.

Referências

BAKHTIN, M. [1979]. Os Gêneros do Discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção biblioteca universal). p.261-269.

BRONCKART, J. P. [1997]. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. 1ª ed. 3ª reimp. MACHADO, A. R.; CUNHA, P. (trad.). São Paulo: EDUC, 2003.

_____. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Machado, A. R; MATENCIO, M. L. M. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. (Coleção ideias sobre linguagem).

_____. A linguagem como agir e a linguagem dos discursos. In: BRONCKART, Jean-Paul. *O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores*. MACHADO, A. R. MATÊNCIO, M. L (trad.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008. (Coleção Ideias sobre Linguagens). p. 69-108.

_____. Um retorno necessário à questão do agir. In: BUENO, Luzia; LOPES, Maria Ângela Paulino Lopes; CRISTOVÃO, V. L. L. (orgs.). *Gêneros textuais e formação inicial: uma homenagem a Malu Matêncio*. 1. ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013. p. 85-107. (Série Ideias sobre Linguagem).

BULEA, E. Atividade Linguageira, textualidade e significação. In: BULEA, E. Linguagens e efeitos desenvolvimentais da interpretação da atividade. LEURQUIN, V. L.; FIGUEIRÊDO, L. L. E. (trad.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010. p. 63-93. (Série Ideias sobre Linguagem).

FARACO, C.A. Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. (Lingua[gem]; 33).

FIORIN, J. L. A necessidade de distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (orgs.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012. p. 145-165.

LABOV, W; WALETZKY, J. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. (org.). *Essays in the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press. 1967. p. 12-44.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Â. P.; MACHADO, A. R. *Gêneros Textuais & Ensino*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-36.

MIRANDA, F. Os tipos de discurso em debate. In: GUIMARÃES, A. M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (org.). *O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007. p. 161-165.